**POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E AO TRABALHO: A FORMAÇÃO EM QUESTÃO**

**POLICIES RELATED TO ACCESS TO HIGHER EDUCATION AND WORK: ACADEMIC EDUCATION IN QUESTION**

Maria Lourdes Gisi

Professora titular da PPGE/PUCPR. Doutora em Educação.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR, Brasil.

Email: gisi.marialourdes@gmail.com

Gisele do Rocio Cordeiro

 Professora Centro Universitário Internacional - Mestre em Educação

Email: gisele.c@uninter.com

Angela Sugamosto Westphal

Analista de Ciência e Tecnologia da CAPES. Mestre em Educação

Email: angelasugamosto@gmail.com

**Resumo**

O objeto de estudo desta pesquisa são as políticas de acesso à educação superior e ao trabalho, mais especificamente a relação dessas políticas com os requisitos da sociedade atual em relação ao processo formativo. Tais requisitos são considerados em um contexto fortemente vinculado ao desenvolvimento econômico, na tentativa de adequar o processo de formação tão somente aos requisitos do mercado. Desenvolver uma formação comprometida com a aquisição de conhecimentos, que contribuem com o preparo para o trabalho e com a emancipação do ser humano, é o desafio que se apresenta na atualidade. Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa com 20 professores que atuam na educação superior, mediante grupo focal. A partir dos depoimentos, foi possível identificar quatro categorias: características do contexto de trabalho; requisitos profissionais; características da formação; requisitos da formação. Os dados deixam evidente a necessidade de contemplar um processo educacional contextualizado e interdisciplinar de modo a contribuir com a superação das desigualdades educacionais e favorecer o acesso dos jovens ao trabalho.

**Palavras-Chave**: Política educacional; Educação Superior; Formação.

**POLÍTICAS DE ACCESO A LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y AL TRABAJO: LA FORMACIÓN EN CUESTIÓN**

Resumen

El objeto de estudio de esta investigación son las políticas de acceso a la educación superior y al trabajo, más específicamente la relación de esas políticas con los requisitos de la sociedad actual en relación al proceso formativo. Estos requisitos se consideran en un contexto fuertemente vinculado al desarrollo económico, en el intento de adecuar el proceso de formación tan sólo a los requisitos del mercado. Desarrollar una formación comprometida con la adquisición de conocimientos, que contribuyen con la preparación para el trabajo y con la emancipación del ser humano, es el desafío que se presenta en la actualidad. En esa perspectiva, se realizó una encuesta con 20 profesores que actúan en la educación superior, mediante grupo focal. A partir de los testimonios, fue posible identificar cuatro categorías: características del contexto de trabajo; Requisitos profesionales; Características de la formación; Requisitos de formación. Los datos dejan evidente la necesidad de contemplar un proceso formativo contextualizado e interdisciplinario para contribuir con la superación de las desigualdades educativas y favorecer el acceso de los jóvenes al trabajo.

Palabras clave: Política educativa; Educación universitaria; Formación.

**POLICIES RELATED TO ACCESS TO HIGHER EDUCATION AND WORK: ACADEMIC EDUCATION IN QUESTION**

**Abstract**

The aim of this study is to investigate the policies related to access to higher education and work, and more specifically the relation of these policies to the requirements of the current society in terms of the education process. Such requirements are considered in a context strongly related to economic development, in the attempt to align the training process to market requirements only. Developing a training program committed to the acquisition of knowledge, which contributes to preparing for work and the emancipation of the human being, is a current challenge. Thus, research was conducted, using a focus group of 20 professors who work in higher education. From the testimonies, it was possible to identify four categories: characteristics of the labor market, professional requirements, characteristics of academic formation, and academic formation requirements. The data make evident the need to contemplate a contextualized and interdisciplinary education process to contribute to overcoming educational inequalities and to allow young people to access work.

**Keywords**: Educational politics; Higher education; Formation.

**Introdução**

Esse estudo envolve uma reflexão sobre o processo da formação na educação superior, considerando as mensagens ambivalentes em relação às mudanças propostas sobre qual deve ser a formação dos jovens, tendo em vista os requisitos da sociedade atual. Parte-se do pressuposto de que a formação para o mundo do trabalho não pode ter como principal foco o desenvolvimento econômico, conforme consta nos documentos dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial e da OCDE. No entanto não se pode desconsiderar as transformações que ocorreram na organização do trabalho em âmbito global, as quais tiveram profundos impactos para o acesso dos jovens ao trabalho. Trata-se de uma nova reordenação do processo de acumulação “[...] em nível internacional que se processa nas zonas industriais [...] e na revolução científica e tecnológica através dos processos de modernização cibernética, química e automatização que modificam a estrutura produtiva e a organização do trabalho” (FRANCO, 2000, p. 206).

É evidente que tais mudanças ocorrem em maior ou menor intensidade e abrangência, dependendo do tipo de organização e das políticas econômicas implementadas nos diferentes países, mas é voz corrente em todos os âmbitos sociais a necessidade de um novo trabalhador e de competências que englobam conhecimentos técnico-científicos, entre os quais o conhecimento tácito[[1]](#footnote-1).

Observa-se que a escolarização já se torna imprescindível para o mercado de trabalho com a Revolução Industrial no século XVIII, em que os novos tipos de organizações passam a exigir, na época, uma formação básica. Não havia, no entanto, até meados de 1950, um entendimento de que a educação seria uma variável importante para o desenvolvimento econômico dos países, o que vem a ocorrer, em especial, com a influência dos estudos de Schultz (1973) e Becker (1993) apud Viana e Lima (2010) referentes à teoria do capital humano. De acordo com Viana e Lima (2010, p. 2), a partir desses estudos, foi observado que havia outros fatores responsáveis pelo crescimento econômico dos países, além daqueles relacionados à produção (recursos naturais, capital e trabalho), o que se denominou de capital humano. Isso significa que o investimento em educação, ao elevar a qualificação dos trabalhadores, teria como resultado a elevação da produtividade e o consequente aumento do lucro, beneficiando os indivíduos e a economia dos países.

Samuel Bowles e Herbert Gintis (2002), em *Schooling in capitalist America*, também discutiram, mas em outra perspectiva, a influência da educação na economia, estimulados pelos acirrados debates acadêmicos sobre a estrutura e as finalidades da educação iniciados em 1968, época em que se tem um debate acerca da teoria do capital humano. Ao iniciar os estudos sobre essa temática, os autores acreditavam que a educação poderia contribuir para uma economia mais produtiva. Suas pesquisas demonstraram, no entanto, que a contribuição da educação para o sucesso da economia é explicada apenas em parte pelas habilidades cognitivas aprendidas na escola. O que os autores propõem é que as escolas preparam as pessoas para as regras do trabalho adulto ao socializá-las para funcionar bem e sem reclamação na estrutura hierárquica da corporação moderna. Isso ocorre pelo que os autores chamaram de *princípio de correspondência,* especificamente, por estruturar interações sociais e recompensas individuais, que replicam o ambiente do espaço de trabalho (BOWLES; GINTIS, 2002, p. 1, ênfase no original).

Em outra perspectiva, Bourdieu e Passeron (2008, p. 236), em época próxima, em seus escritos em 1970, discutem como a escola reproduz as desigualdades de classe ao considerar que:

O sistema de ensino só consegue se desincumbir tão perfeitamente de sua função ideológica de legitimação da ordem estabelecida porque essa obra-prima do mecanismo social consegue dissimular, como por um encaixe de caixas de duplo fundo, as funções que, numa sociedade dividida em classes, unem a função de inculcação, isto é a função de integração intelectual e moral, à função de conservação da estrutura das relações de classe característica dessa sociedade.

As análises de Bowles e Gentis demonstram que a escola contribui para o sistema capitalista, mas a ênfase maior desses autores está relacionada à adequação às regras de organização e funcionamento próprias desse sistema. Já para Bourdieu e Passeron, a escola acaba reproduzindo as desigualdades sociais à medida que não contempla, no processo de escolarização, jovens oriundos de condições sociais e econômicas adversas. Ambas as análises consideram que a escola desempenha uma função que vai além da formação de habilidades específicas para atuar no mercado de trabalho.

A relação dos indivíduos com o mercado de trabalho remonta à própria constituição do mercado que ocorreu, efetivamente, conforme menciona Benjamin (2012, p. 7), na época moderna, quando a relação entre o homem e a natureza passa a ter como base o sistema econômico.

A produção e a distribuição de bens materiais sempre existiram enraizadas em relações sociais de natureza não econômica. Como, por exemplo, as relações de parentesco. A ruptura só ocorreu no mundo moderno, quando os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para dentro de si a força de trabalho e a terra – ou seja, o homem e a natureza –, fato inédito na história. A sociedade e seu ambiente tornaram-se acessórios do mercado, agora um mecanismo autônomo. “Em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais”, como sempre ocorrera, “as relações sociais passaram a se enraizar no sistema econômico” (BENJAMIN, 2012, p. 7, ênfase no original).

A separação do sistema econômico do século XIX do resto da sociedade, segundo Polanyi (2012), foi uma característica importante, pois nessa economia de mercado a produção e a distribuição de bens materiais são regidas por leis próprias e motivadas, em última instância, por dois incentivos simples: “o medo da fome e a esperança do lucro” (p. 95). Esse autor apresenta uma descrição sobre a mudança entre uma sociedade antiga baseada em *status* e a sociedade moderna baseada em contratos. O *status* era adquirido ao nascer “[...] pela posição da e na família” nessa sociedade. Os direitos e deveres da pessoa decorrem da sua posição, já no caso da sociedade baseada em contratos os direitos e deveres são “[...] estipulados por transações consensuais, ou contratos” (p. 96). A partir desse momento, o *status* não garantiria mais a participação dos indivíduos no sistema, cujos incentivos são puramente econômicos.

No entanto, em pesquisa realizada com 98 formandos e egressos de um curso de Administração de Empresa, Lemos, Dubeux e Pinto (2009, p. 375-385) investigaram a validade das proposições de Bourdieu para quem não necessariamente há relação entre formação e empregabilidade quando se trata de alunos oriundos da base do estrato social, havendo tendência de reproduzir as desigualdades sociais. Um dos aspectos que a pesquisa demonstrou foi sobre a forma como os participantes da pesquisa tiveram acesso ao emprego ou ao estágio. Dois terços dos indivíduos com menor renda familiar informaram ter obtido a vaga atendendo a recrutamentos formais e apenas 15% contaram com indicações de conhecidos e familiares e entre os que possuem maior renda familiar, 43% contaram com indicação de familiares e colegas e 11% atuavam em negócios da família. Assim, concluem as autoras que o capital social potencializa as chances de os detentores de capital cultural converter em capital econômico a formação superior recebida. Na mesma perspectiva, as análises de Pochmann e Antunes (2008) indicam que “Em 2002, por exemplo, 62% dos desempregados pertenciam justamente às famílias de baixa renda, com o restante dividido entre famílias de classe média (32,4%) e de classe média alta (5,6%)”. Tais estudos parecem indicar que o *status* dos indivíduos ainda contribui para a mobilidade social, o que contradiz, de certo modo, a teoria do capital humano.

Na atualidade, segundo Gentili (2005, p. 47-8), a teoria do capital humano, na sua formulação clássica, está esgotada em razão da sua ressignificação na sociedade contemporânea. Na época em que foi proposta, essa teoria teve como base uma conjuntura de crescimento econômico e do fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social em que a escola era considerada “[...] um poderoso dispositivo institucional de integração social num sentido amplo”. Porém, na década de 1970, a crise econômica nas sociedades capitalistas com impactos nas décadas seguintes promoveu a “[...] convivência, embora conflitante entre educação e desemprego”.

Observou-se, de fato, no decorrer dos anos, uma grande variação na relação escolarização e trabalho, mas de acordo com Pochmann (2010, p. 173), “[...] não se pode perder de vista a transição para a sociedade pós-industrial que termina por colocar no conhecimento a principal posição de ativo estratégico em termos de geração de renda e riqueza”. O autor considera que a educação superior tornou-se a base para o ingresso no mercado de trabalho e a educação imprescindível na vida toda. Embora não exista uma relação direta entre possuir um diploma de nível superior, parece que para os jovens sem curso superior torna-se ainda mais difícil conseguir um lugar no mercado de trabalho, na atualidade.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, do total de desempregados, 75 milhões (40%) são jovens. A estimativa é de que 152 milhões de jovens vivem com menos de 1,25 dólar por dia que, se somado aos jovens desempregados, chega-se a um total de 227 milhões de jovens em situação de extrema vulnerabilidade (OIT, 2013). Mudanças relacionadas à situação de desemprego requerem maior participação do Estado na definição de políticas, em especial na política econômica[[2]](#footnote-2), e maior investimento na educação, conforme preconiza a Organização Internacional do Trabalho:

[...] los países más adelantados el logro educativo, medido por el promedio de años de escolaridad, precedió la transformación productiva. Los países con niveles de escolaridad más bajos tienen cuotas mucho menores de producción industrial en el PIB. Los países con niveles de escolaridad más altos tienen cuotas más altas y mayores niveles de diversificación. Por lo tanto, los vínculos entre políticas de educación y formación por una parte, y las políticas de transformación productiva, por otra deberían ser evidentes. Un proceso de progreso con alto coeficiente de empleo trata de promover procesos de aprendizaje y actualización veloces. (OIT, 2013).

De acordo com os dados do IBGE (2016), “O mercado de trabalho registrou entre 2005 e 2015 um aumento de 11,1% da população ocupada de 16 anos ou mais de idade”, [...], contudo, a população nesse mesmo recorte etário teve um crescimento ainda maior (19,1%) no mesmo período. Assim observa-se que os que mais sofreram com o desemprego foram os jovens na idade entre 16 e 24 anos (BRASIL, 2016).

Com relação ao acesso à educação superior, o que poderia propiciar maior acesso ao trabalho, observa-se que com as mudanças decorrentes da LDB, tem-se um aumento significativo de matrículas, cursos e instituições de educação superior, em especial com o aumento de instituições privadas. De acordo com o último censo da educação superior disponível para consulta (2015), as matrículas em instituições privadas alcançaram um novo patamar, pois já se encontram em 8.027.297 matrículas, sendo que 6.075.157 estão em instituições privadas (BRASIL, 2016).

Embora tenha ocorrido um aumento significativo de instituições e cursos de educação superior, o acesso de estudantes na idade de 18 a 24 anos à educação superior ainda constitui-se em uma questão preocupante no país. O Censo da Educação Superior de 2015 indica a existência de 17,6%[[3]](#footnote-3) de jovens nessa faixa etária matriculados na educação superior (BRASIL, 2015). Considerando a população geral, são apenas 7,9% que possuem diploma de educação superior, de onde se pode derivar que as políticas de acesso são realmente uma prioridade no país. Segundo dados do IBGE, em 2011, somente 12,5% dos trabalhadores possuíam curso superior completo (BRASIL, 2012).

Embora não exista nas sociedades atuais uma garantia de acesso ao mercado de trabalho para jovens que possuem nível superior, Pochmann (2010, p. 164-175) considera que um dos grandes desafios do Brasil é o investimento produtivo e educacional mediante apoio ao ensino básico e superior. Faz referência às dificuldades de acesso a esse nível de ensino, indicando que os jovens pobres não ultrapassam cinco anos de estudo, o que se torna um obstáculo para a mobilidade social deles.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho na atualidade tem se constituído em grande desafio, o que tem levado as políticas de acesso à educação superior tornarem-se prioridade no país, assim como um esforço em adequar o processo de formação aos requisitos do mercado.

As origens das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro remontam à sua formação, na década de 1930, e às características do seu subsequente desenvolvimento que, em linhas gerais, pode ser definido como especialmente concentrado e restrito à incorporação de trabalhadores qualificados e vinculados às atividades urbano-industriais (POCHMANN, apud BRASIL, 2013b, p. 140).

Conforme consta na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2013b, p. 140), “O trabalho é elemento central e estruturante das relações sociais e econômicas estabelecidas nas sociedades”. O seu conhecimento é importante fonte de compreensão da situação social e econômica da população, em especial, em razão das características do mercado de trabalho no Brasil que “[...] ocorre de maneira diferenciada, o que implica, por sua vez, de rendimentos distintos e, portanto, no acesso desigual ao mercado de bens e serviços”.

É a partir da posição dos indivíduos no mercado de trabalho que se estabelece a condição de acesso aos bens sociais e culturais de uma sociedade capitalista, sendo também importante fator de integração social. A configuração do mercado de trabalho por sua vez tem relação com o modo como se estabeleceram as relações sociais no decorrer do desenvolvimento dos países. O Brasil apresenta ainda, na atualidade, um mercado de trabalho fragmentado e heterogêneo, o que foi analisado com profundidade por Barbosa (2008), em seu livro *A formação do mercado de trabalho no Brasil*.

Nesse estudo, o autor indica com detalhes como foi se formando o mercado de trabalho no país a partir de 1930,[[4]](#footnote-4) quando se estabelecem as políticas de âmbito nacional para a regulação do trabalho. Antes desse período, embora se observassem algumas iniciativas de regulação do trabalho, estas contemplavam algumas categorias profissionais ou regiões específicas.

Outro aspecto importante refere-se à participação do Estado em “[...] todas as etapas da construção do mercado de trabalho”, pois conforme Barbosa (2008, p. 21), o Estado se fez presente:

Primeiro, ao decretar o fim do tráfico. Depois ao assegurar que a desescravização fosse paulatina e se desse de forma mais “tranquila” possível. Mais tarde ao financiar a injeção de mão de obra importada e ao defender um liberalismo federalista que chancelava o privatismo das relações sociais e de trabalho. Por último, ao tomar para si a questão social, retirando-a do confronto direto de classes, mas sem eliminá-la, e estabelecendo “preços sociais” que permitissem a reprodução ampliado do capital em escala nacional (BARBOSA, 2008, p. 21, aspas no original).

A constituição do mercado de trabalho no Brasil, embora com uma participação importante do Estado, caracterizou-se como heterogêneo entre as diferentes regiões do país, de acordo com as especificidades de cada região de interesse da elite nacional e internacional, uma realidade que se evidencia até hoje.

Barbosa (2008, p. 159) explica ainda que a transição de um não mercado de trabalho para um mercado de trabalho nacional passaria por dois momentos: “[...] um primeiro envolvendo o encaminhamento do fim do tráfico de escravos até a abolição e um segundo implicando a formação de mercados de trabalhos mancos, incompletos e fragmentados regionalmente”. Nessa trajetória, fez-se sentir, segundo o autor, a herança da escravidão, que se apresentou com características diferenciadas nas diferentes regiões, com a atuação do Estado e o autoritarismo do “quase-empregadores”.

 Pochmann (1998, p. 120), por sua vez, ao analisar a configuração do mercado de trabalho até a década de 1980, refere-se aos problemas relacionados a duas dimensões: a primeira associada a problemas de mercado de trabalho tradicionais, como “[...] a) taxas ainda comprimidas de assalariamento, b) baixos salários, c) alta informalidade e d) elevado subemprego”. Já a segunda dimensão, segundo o autor, diz respeito ao emprego estrutural próprio da “[...] industrialização, da migração rural e de urbanização nacional [ocasionando] um elevado excedente de mão de obra”.

 Nos anos noventa, segundo Barbosa (2008), observa-se não uma volta ao passado, mas “[...] novas realidades já enunciadas, como em um espelho deformado, no período de origem do nosso capitalismo”. O autor refere-se à diminuição das taxas de assalariamento, à volta da informalidade, ao desemprego e à regressão dos direitos trabalhistas e sociais. Atualmente, a configuração de um mercado de trabalho ainda se apresenta heterógeno e fragmentado, com baixos salários, e a presença forte da informalidade, o que torna ainda mais difícil o acesso ao mercado de trabalho daqueles que não tiveram a oportunidade de acesso à educação superior.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe também grande variação no rendimento dos trabalhadores nas regiões brasileiras, assim como desigualdades no mercado de trabalho no que se refere ao gênero, à cor ou à raça, regional, educacional, entre outras. “No que se refere à questão de cor ou raça, uma característica marcante é a maior proporção de pretos ou pardos em trabalhos informais (49,6%) comparativamente à população de cor branca (36%)” (BRASIL, 2013, p. 150).

Embora tenha ocorrido melhora no percentual de pessoas ocupadas em trabalho formal, a disparidade regional ainda é significativa, em especial na relação entre o Sudeste e o Norte e Nordeste.

**Metodologia**

A pesquisa[[5]](#footnote-5) foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa que, de acordo com Giroulx (2010), possibilita o emprego de novas perspectivas e interpretações mais próximas dos contextos das situações, trazendo novos esclarecimentos para o tema em estudo. Optou-se, assim, pela realização de grupo focal com três grupos de professores de instituições de educação superior, o que totalizou vinte professores, sendo que, com cada grupo de professores participantes da pesquisa, foram realizados dois encontros.

A escolha dessa técnica possibilitou conhecer as percepções dos professores sobre a temática investigada ao identificar a percepção dos participantes sobre o processo de formação. O grupo focal é uma técnica que favorece o aprofundamento de um tema à medida que são realizados mais de um encontro com o mesmo grupo e que se permite o debate sobre a temática entre os participantes (GATTI, 2005; LERVOLINO; PELICIONI, 2001).

Os professores participantes da pesquisa são de diferentes áreas do conhecimento, o que foi proposital, contemplando: Pedagogia, Matemática, Ciências Sociais, Engenharia Civil, Educação Física, Economia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Física, Geografia, Direito, Relações Públicas, Jornalismo, Filosofia. As reuniões foram previamente agendadas, necessitando de um esforço para compatibilizar os horários das reuniões de modo a contar com o número previsto para o estudo.

 O ambiente para a realização do grupo focal foi uma sala de aula com espaço apropriado para a pesquisa, ficando disposto em círculo com a presença do mediador do grupo, que buscou dinamizar o debate e também delimitar o assunto a ser tratado na pesquisa, ou seja, intervir para não haver fuga do tema central por parte dos participantes. Logo de início, foi informado, aos participantes, que a pesquisa seria totalmente gravada por meio de gravadores de áudio e, com a total aprovação por parte deles, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os assinassem e tomassem ciência dos objetivos da pesquisa.

A partir das gravações dos encontros dos grupos foram realizadas as digitalizações dos áudios, para posterior leitura e análise, dando origem a tabelas e categorias de conteúdo com indicação de alguns dos depoimentos: características do mercado de trabalho; requisitos profissionais; características da formação profissional; requisitos da formação.

**Percepção sobre o processo de formação**

## Características do contexto de trabalho

 Nos relatos dos participantes, foi salientado um ambiente de trabalho competitivo e exigente, com diminuição de postos de trabalho com carteira assinada, expansão da terceirização, um mercado de trabalho diversificado e aumento de trabalho autônomo que, na linguagem atual, refere-se ao empreendedorismo, largamente estimulado.

Está muito mais difícil, a competição é tão acirrada na busca do que eu chamo de profissional multifunção, ele não pode estar limitado, não vai ter ninguém para ajudar a mexer no computador, não vai ter ninguém para ajudar a mexer no Excel, nas mídias sociais. (C)

A tecnologia tem mudado muito o perfil das profissões, hoje a gente sabe que muitos trabalham em casa pela internet, coisas que anos atrás nem se imaginava, até o momento que a tecnologia vai assumir certas posições das pessoas, deve proporcionar outras possibilidades, que a gente não está enxergando ainda. (M)

Embora não exista uma relação direta entre possuir um diploma de nível superior e o acesso ao trabalho, parece que para os jovens sem curso superior torna-se ainda mais difícil conseguir um lugar no mercado de trabalho, na atualidade.

1. Requisitos profissionais

A experiência profissional foi considerada de suma importância no atual contexto e uma das formas citadas foi o estágio. A realização de estágios durante a formação, mas também cursos de pós-graduação, domínio de uma segunda língua e domínio da informática foram considerados como requisitos mínimos. Também foram citados profissionais que possuam um diferencial, como proatividade, autonomia (profissional multifunção), iniciativa, interesse e criatividade, relacionamento interpessoal, dedicação (vestir a camisa), conhecimentos em ferramentas tecnológicas. De acordo com os relatos:

Hoje em dia eles já pedem uma especialização, uma experiência, um conhecimento numa segunda língua. [...], hoje o mercado de trabalho é mais seletivo, ele busca por profissionais de excelência, principalmente que tenham experiência. (D)

O mercado de trabalho procura mais gente que tenha essa capacidade de evolução, de adaptação, de liderança, do que necessariamente a formação técnica, só se for uma formação muito específica tecnicamente, senão as empresas preferem apostar que a pessoa vai aprender e vai se desenvolver [evoluir]. (L)

1. Características da formação

 Consideram que em muitas situações a metodologia de ensino é inadequada, o currículo organizado por disciplinas sem interação, alunos passivos, professores resistentes a mudanças, formação centrada em transmissão de conteúdo sem relação com a prática profissional, instituições de educação superior mercantilistas, dicotomia educação básica/superior, reformas curriculares sem participação dos professores. Não ficaram isentas a responsabilidade do governo, o Ensino Médio confuso em relação a sua identidade, em condições precárias de conteúdo, formação de valores e preparo para o mercado de trabalho (PAIVA; SILVA, 2013, p. 54).

Eu acredito que a gente tem muito a caminhar, eu percebi que a gente trabalha muito fragmentado na universidade, cada um vai fazendo a sua parte... (J)

[...] o aluno chega do ensino médio com autonomia nenhuma, a maior parte dos alunos eu diria que 90 % têm uma dificuldade enorme de sair de um formato de [aula] expositiva e de se enxergar parte de um processo. (M)

Acho que atualmente a educação tem que ter um processo de mudança radical, ela se organiza [como] um sistema de produção da indústria em grandes cadeias de produção, séries e ciclos, períodos e etapas [...] controle de qualidade. Acho que é muito controle pelo Estado sobre o ensino [...] controle de presença, controle de notas, isto tudo é regulado, a instituição não tem autonomia para criar novas técnicas de avaliação. Até os dias letivos a instituição não tem autônima para decidir em quantos dias letivos irá funcionar. (I)

Eu atuo em várias universidades, algumas universidades são meramente mercantilistas, [...] preparar com conhecimentos mínimos que são exigidos para colocar ele a disposição da sociedade, mas tem instituição que se preocupa em formar justamente para que ele vá para a sociedade com qualidade e que ele seja um profissional que busque justamente isso, que ele seja autônomo e que busque cada vez mais o conhecimento. (D)

1. Requisitos da formação

Compatibilizar uma base teórica, reflexiva com a demanda da área profissional, usar novas tecnologias interativas, contextualização do ensino, metodologia de projetos, autoavaliação de professores, motivação para os alunos e o professor como mediador são considerados como essenciais pelos participantes da pesquisa.

[...] a instituição tem que estar preocupada sim com esta realidade lá de fora, desse profissional, [...] ela tem que ter um currículo que vá ao encontro dos desafios que tem hoje na educação, mas a gente tem que frisar isso, na formação desse aluno, que ele também tem que buscar isso. [...] as instituições têm que buscar profissionais, formar profissionais com maior liberdade de autonomia, conhecimento, crítica, de reflexão, de contextualizar e principalmente de ver o todo. (D)

**Considerações Gerais**

No âmbito da educação vivenciam-se as contradições próprias de uma sociedade que busca, por um lado, assegurar direitos sociais mediante uma vasta legislação, mas com pouco poder de intervenção para efetivar tais direitos. Além dessas questões, cabe mencionar o direcionamento que é dado pelas políticas educionais que seguem muitas das orientações dos organismos internacionais e, portanto, consideram que a educação deverá contemplar tão somente os requisitos do desenvolvimento econômico.

Outro aspecto do preparo dos jovens é muito bem analisado por Coêlho (2016, p. 94-95), que alerta sobre o tipo de formação que continua sendo desenvolvido como se fosse possível saber como será a sociedade nos anos vindouros e considera que seria mais razoável “[...] uma formação de pessoas que saibam ler, estudar, escrever, compreender e pensar o mundo natural e humano, a vida coletiva, a ação, as ideias e a prática [...]” e que, também, que seriam necessários conhecimentos de questões fundamentais das diferentes áreas de conhecimento de acordo com o curso escolhido e a futura área de atuação do trabalho.

Certamente não é tarefa fácil, pois se requer um processo de formação que em uma perspectiva ampliada favoreça a articulação teórico/prática e uma proposta pedagógica interdisciplinar com o domínio de conhecimentos técnico-científicos, responsabilidade social e atuação ética. Políticas educacionais que contemplem a educação básica e superior de modo articulado, configurando-se como um verdadeiro Sistema Nacional de Educação, é de fundamental importância para viabilizar tal processo formativo.

**Referências**

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

BENJAMIN, César. Nota da edição brasileira. In: POLANYI, K*. A subsistência do homem e ensaios correlatos.* Organização de LEVITT, K, P. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 7-10.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert; Schooling in capitalist América. *Sociology of Education*, v. 75, n. 1, jan. 2002, p. 1-18.

BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 4 jul. 2013.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 ago. 2013.

BRASIL. INEP. *Censo da Educação Superior/2015*. Disponível em: <http://[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

\_\_\_\_\_\_. *Censo da Educação Superior/2013*. Disponível em: <http://[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 1 jun. 2016.

BRASIL. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE*. Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

COÊLHO, Ildeu Aurélio. Universidade e ensino: treino ou formação? In: COÊLHO, I, M,; FURTADO, R. M. M. *Universidade, cultura, saber e formação*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2016.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões metodológicas sobre estudos comparados. *Educ. Soc*. v. 21, n. 72, Campinas, Ago. 2000, p. 197-208.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2005. p. 45-59.

GEROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean e Cols. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. .95-124.

LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacubowski; PINTO, Mario couto soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. *Cadernos EBAPE*, v. 7, n. 2, jun. 2009, p. 369-384.

LERVOLINO, Solange Abrocese; PELICIONI, Maria Cecília. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem,* USP, v. 35, n. 2, p. 115-21, jun. 2001. Disponível em: <http://[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)>. Acesso em: 22 set. 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Emprego. Disponível em: <http://[www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

POCHMANN, Marcio; ANTUNES, Ricardo. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. *INTERFACEHS –* *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente,* v. 3, n. 2, abr./ago. 2008, p. 1-10. Disponível em: <http://[www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br)>. Acesso em: 4 set. 2013.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística FEE, v. 26, n. 2. p. 119-139, 1998. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1297/1665>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANYI, K*. A subsistência do homem e ensaios correlatos.* Organização de LEVITT, K,P. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTOS, Maria de Fátima Tiradentes. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. *Anais* da 27ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu – MG, 2004.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*. Campo Grande, v. 11, n. 2 jul./dez. 2010. Disponível em: <http://[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 27 jun. 2013.

1. Santos (2004, p. 7), com base nos estudos de Nonaka e Takeuchi, indica que o conhecimento tácito encontra-se enraizado nas experiências dos indivíduos e também em valores e emoções e que, portanto, comporta uma dimensão técnica e uma dimensão cognitiva, esta última compreendida como uma representação da realidade e uma projeção de como deveria ser no futuro. Esse conhecimento, que tem como base a experiência dos indivíduos em determinada área profissional, tem sido muito valorizada como sendo um componente fundamental das competências dos profissionais que atuam no mercado de trabalho. [↑](#footnote-ref-1)
2. “[...] un cambio fundamental en la mentalidad de los donantes y de las instituciones financieras internacionales (IFIs) hacia la aceptación de un papel más activo del Estado en la economía, incluyendo políticas macroeconómicas más favorables al empleo” (OIT, 2013). [↑](#footnote-ref-2)
3. Segundo Brasil (2012), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 1995 havia apenas 5,9% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos matriculados na educação superior. [↑](#footnote-ref-3)
4. O autor busca desenvolver o estudo a partir de três etapas: “[...] o não mercado de trabalho do período colonial, a construção de mercados de trabalho fragmentados regionalmente e incompletos de 1889 a 1930, antes que fosse viabilizada a sua nacionalização e consolidação de 1930 em diante”. Buscou captar o processo de construção do mercado de trabalho no Brasil e evidenciar o período da escravidão, a transição do trabalho escravo para o “trabalho livre”, todo o processo da imigração de trabalhadores estrangeiros e a relação desse período com a constituição do mercado de trabalho. [↑](#footnote-ref-4)
5. A realização do grupo focal contou com a participação de dois estudantes do PIBIC: Otavia Maria Kreitlow Basso e Andrey Alves Kochake. [↑](#footnote-ref-5)